



Mercado Informal: Caracterização socioeconômica dos vendedores ambulantes do município de Crato-CE

Autores:

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento - URCA - eduardocarlos2807@gmail.com

Rosemary de Matos Cordeiro - URCA - Rosymatos@hotmail.com

Resumo:

O presente trabalho objetiva estabelecer o perfil dos vendedores ambulantes de Crato-CE. A metodologia baseou-se em pesquisas bibliográficas e de campo com 41 vendedores ambulantes a partir de cadastro fornecido pela Prefeitura deste município pela técnica Snowball. Constata-se a presença de vendedores ambulantes nas ruas de Crato. Muitos deles estão nas praças, ruas adjacentes às universidades, instituições de ensino, com autorizações para comercializarem sem problema. Todavia, muitos deles não estão, de fato, formalizados, não apresentando registro. Ademais, muitos deles não organizam seus registros contábeis, não tem uma noção básica de formação de preços, sobre o empreendedorismo, noções estas que facilitaríamos as vendas e proporcionaria maior facilidade para alcançá-las. Destarte, o processo seguinte é ofertar minicursos que os induzam um maior entendimento sobre empreendedorismo e algumas ferramentas sobre vendas, formação de preços e noções básicas de contabilidade.

MERCADO INFORMAL: Caracterização socioeconômica dos vendedores ambulantes do município de Crato-CE

Introdução

No que se refere à origem da informalidade, Jakobsen, Martins e Dombrowski (2011) nos dizem que, através de um estudo realizado em Gana e Quênia, alguns problemas não se referiam ao desemprego, mas sim a existência de um número considerável de trabalhadores pobres, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas.

Quanto à definição, diversos autores como Daza (2005), Cacciamali (1982, 2000, 2007), Jakobsen, Martins e Dombrowski (2011), entre outros, debruçam nesta temática tão recorrente e atual.

Delimitado, a priori, pela produção, o setor de serviços ganha força, destaque e primazia no mercado internacional a partir da reestruturação produtiva, fomentada pela globalização tecnológica dos anos 1970/80. Pautado em um modelo anacrônico, segundo os padrões vigentes, o sistema Taylorista-Fordista dá lugar ao Toyotismo e sua flexibilização do trabalho. Destarte, a informalidade se insere no mercado de trabalho objetivando uma miríade de possibilidades para o proletariado, seja por sobrevivência, seja por escolha própria. No Brasil, este setor intensifica-se, sobretudo a partir da abertura comercial e financeira, inserindo o país nos caminhos do capital financeiro.

A informalidade é uma síntese da perda de direitos sociais e trabalhistas simultaneamente ao combate do dia-a-dia enfrentado pela população menos favorecida. Quando se trata de mercado de trabalho, ela é recorrente. Esta se encontra mais presente nos países em desenvolvimento e periféricos, com menor incidência nos países centrais. Práticas ilegais ligadas à política, como suborno e uso excessivo do poder político, justificam em parte o alto índice de informalidade presente nos países periféricos em desenvolvimento (MENEZES; DEDECCA, 2012; SANTANA *et al.*, 2016).

No Brasil, o setor informal ganhou enorme espaço e aglutinou-se aos grandes setores da economia, auxiliando como um colchão amortecedor das crises do setor formal. Todavia, muitos buscam este espaço como uma oportunidade de burlar o sistema público de tributação e auferir maior renda.

Com isso, o presente trabalho tem como objetivo estabelecer o perfil dos vendedores ambulantes situados no município do Crato-CE. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com 41 vendedores ambulantes selecionados a partir de cadastro fornecido pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial (SMADT) da Prefeitura deste município.

A definição da amostra foi baseada em cadastro da SMADT-Crato, correspondendo a 108 vendedores de rua deste município. Destarte, conforme Gil (2002), para a determinação de amostra para uma população finita, por meio de amostragem aleatória simples, utiliza-se a fórmula (1), na qual: n = Tamanho da amostra; N = Tamanho da população; σ = abscissa normal padrão; p = percentual com o qual se estima que o fenômeno se verifica; $q = 1 - p$; e = erro amostral.

$$n = \frac{\delta^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \delta^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

Logo, de acordo com a fórmula (1), para um total de 108 vendedores de rua (N), nível de confiança de 99% ($\sigma = 2,575$), um erro de estimação de 1% ($e = 0,01$) e $p = 0,5$ e $q = 0,5$, o tamanho da amostra (n) é 41.

Adotou-se como procedimento metodológico, a técnica de “bola de neve” (*snowball*), a qual é um tipo de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais, nas quais os participantes de um estudo indicam outros participantes que por sua vez, indicam novos participantes e assim por diante, até que se atinja o objetivo proposto, denominado de ponto de saturação, que é alcançado quando os últimos entrevistados passam a reiterar as respostas auferidas pelos primeiros entrevistados, sem acrescentar informações novas e/ou relevantes (HUDELSON, 1994).

A utilização da presente metodologia resultou num total de 41 vendedores de rua, localizados em diferentes logradouros do município de Crato-CE.

Ademais, usaram-se dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o município de Crato-CE.

Destarte, além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em seis seções: a segunda seção traz uma contextualização da reestruturação produtiva a partir da década de 1970; a terceira trata da origem e heterogeneidade conceitual do setor informal; na quarta tem-se a análise do mercado informal nas economias latino-americana e brasileira; a quinta refere-se à caracterização do trabalho e tipos de ocupação pertinentes ao estudo proposto; por fim, tem-se a caracterização do perfil do vendedor ambulante no município de Crato-CE.

2 Reestruturação produtiva

A partir dos anos 1970, os agentes econômicos auferiram grande dificuldade para acumular na esfera produtiva advinda da queda de produtividade do sistema Taylorista-Fordista, pautado nas ideias de organização da produção de Taylor¹ e Ford², que predominou entre os anos 1930 e 1970/80. O capital industrial, até então preponderante na economia mundial durante cerca de dois séculos, é corroído com o advento da estrutura financeira, que garante ao capital maior rendimento, menos custos e maior poder tecnológico. À mesma, soma-se o advento da microeletrônica, incorporada aos vários segmentos da economia. Consolidaram-se duas hegemonias: a hegemonia do rentismo e a hegemonia do neoliberalismo (ARAÚJO, 2000; BRANDÃO, 2007; MENEZES FILHO, 2001). Tem-se também o discurso desenvolvimentista da globalização, o qual Lourenço (2014) especifica que

[...] é na década de 1980 que a globalização entra no discurso científico, assumindo um lugar proeminente para traduzir as mudanças sociais, económicas e culturais que a sociedade enfrentava. À frequente utilização correspondeu/corresponde um conjunto alargado e frequentemente diferenciado de definições salientando diferentes dimensões da realidade societal (LOURENÇO, 2014, p. 20).

Quanto à precarização, esse movimento se insere no contexto aqui descrito, atrelado às mazelas impostas pelo capital financeiro. Diz respeito ao caráter deteriorador das condições de trabalho, presente nos mercados formal e informal, mais incisivo e visível neste último. Após a transição da estrutura produtiva para a estrutura financeira, isto é, do capital industrial para o capital financeiro, mais flexível, com menor regulamentação, a precarização tornou-se aspecto intrínseco do ambiente do trabalho. Destarte, doravante a (re)ascensão do capital (financeirização do capital que, por conseguinte, culmina na financeirização das economias e dos mercados), as ações contra o proletariado são mais fortes e incisivas no que concernem as regulamentações e os direitos sociais e trabalhistas. A informalidade, como um mecanismo anti- crise, invade os pequenos mercados, absorvendo parcela não inserida na formalidade, haja vista a incapacidade desta de comportar todo o exército industrial de reserva.

Como conceito sociológico e/ou categoria utilizada pelas ciências sociais para entendimento dos novos processos e formas de organização das relações sociais em esfera mundial, é muito recente. Pode ser datada nos anos 80 e 90. Como prática, evidencia transformações e metamorfoses intensas no pós-guerra fria (LEME, 2010, p. 124-125).

Compreendida como estágio supremo da internacionalização que invade as dimensões técnicas, comercial, financeira, e cultural, a globalização vem modificando as

¹ Através da relação capital-trabalho tem-se o controle temporal e dos movimentos na produção, gerando uma economia de gastos e aumento na produtividade, fortificando a ideia de prosperidade e cooperação (HELOANI, 2002).

² Linha de montagem em série objetivando limitar a movimentação dos trabalhadores no espaço da produção, agregando a força produtiva destes a esteira - a fixação do trabalhador em determinado setor da linha produtiva (HELOANI, 2002; MORAES NETO, 1999).

estruturas produtivas, as relações técnicas e sociais da produção e os padrões organizacionais/institucionais mundiais, nacionais e locais. “É uma mudança nas relações de poder, na criação de cadeias de valor baseadas em novas formas de cooperação e competição, uma mudança nas identidades, comportamentos e relações regionais/locais dos países inseridos nesse fenômeno” (PIMENTEL NETO *et al.*, 2014, p. 259). A dinâmica de seu processo, segundo a CEPAL (2002, p. 17), “está determinada, em gran medida, por el carácter desigual de los actores participantes”. É apresentada como uma das grandes responsáveis pelos nexos da nova construção espacial e proporcionadora de oportunidades à escala mundial, regional e local.

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação resultante da revolução digital intensificou os efeitos do processo de globalização mudando a natureza do tempo e do espaço, alterando a noção de distância, cruzando fronteiras e descontextualizando muitas das instituições e das práticas sociais (LOURENÇO, 2014, p. 19).

No caso brasileiro, os anos 1980 são marcados pela reversão na trajetória do crescimento vivenciada pelo país na década anterior. No interstício 1970/1980, o PIB per capita expandia-se a taxa média de 6,1% a.a. Nos três primeiros anos da década de 1980, a mesma variável diminui 13%. No restante desta década, a tímida recuperação levando aos níveis observados no início da década, culminou, para a economia brasileira, na “década perdida” (HOFFMANN, 1998; OMETTO; FURTUOSO; SILVA, 1995).

Inicialmente manifestando-se como uma crise de endividamento externo, traduziu-se em um desajuste interno da economia, decorrente de uma política adotada pelo Governo baseada no crescente endividamento externo, bem como das duas crises do petróleo na década de 1970. O segundo momento de aumento dos preços do petróleo, em 1979, e o brusco aumento das taxas de juros internacionais da época aprofundaram a crise externa brasileira através de uma gama de mecanismos, entre os quais se tem o salto nos juros da dívida, o que elevou esta abruptamente; a reorientação dos fluxos de capital preferencialmente para os EUA e Europa; e pela repercussão negativa sobre os preços relativos das commodities, itens importantes da pauta de exportação brasileira (HOFFMANN, 1998).

Mediante moratória mexicana, o pagamento da dívida externa adviria de saldos positivos no balanço de pagamentos. Todavia, tal superávit traduziu-se em sérios desequilíbrios para a economia nacional, complica-se pelo fato de serem auferidos basicamente pelo setor privado, enquanto a incumbência da dívida externa é do setor público (WERNECK, 1986). Assim, compromete-se o crescimento econômico pelo esvaziamento das reservas internacionais – pois o dólar está nas mãos do setor privado, realizando-se, assim, a conversão em cruzeiro – e pela expectativa desfavorável dos investidores exigindo maiores taxas de juros e liquidez máxima para os títulos públicos, provocando a deterioração das condições de financiamento da dívida pública interna (HOFFMANN, 1998).

É neste contexto que a hiperinflação inicia sua trajetória na economia brasileira. “A intermitente aceleração inflacionária e os sucessivos fracassos dos programas de estabilização constituem o aspecto mais visível e dramático da profunda crise na qual submergiu a economia brasileira na década dos 80” (CARNEIRO, 1991, p. 190).

Um dos efeitos que facilitam o emergir da hiperinflação é o fracasso dos planos de estabilidade inflacionária, sobretudo o plano cruzado, desencadeando em 1987 uma aceleração inflacionária sem precedentes na década. A aceleração inflacionária, vivenciada na década de 1980, levou necessariamente à valorização da taxa cambial. A partir de 1987, as tentativas de desvalorizar o câmbio resultaram em rápido aumento de preços inviabilizando a almejada desvalorização, que conduziu inexoravelmente à hiperinflação (CARNEIRO, 1991).

O endividamento externo da economia brasileira da década de 1980 reflete em desequilíbrios externos que impactam negativamente na situação econômica da população através da queda das oportunidades de emprego e crescimento da proporção de trabalhadores sem vínculos formais observada nos anos iniciais da década, e da aceleração da inflação verificada mais nitidamente nos seus anos finais (HOFFMANN, 1998).

O cenário acima descrito enfraqueceu a economia brasileira. Na década de 1990, a abertura comercial e financeira mediante competitividade internacional nos moldes do capitalismo financeiro, insere o Brasil no processo de globalização. Tal escolha colocou o país no mapa do capital financeiro, abrindo espaço para setores até então não valorizados – a exemplo o comércio e os serviços.

A reestruturação produtiva se deu muito em função das grandes transformações impulsionadas pela abertura das economias, maior volume dos investimentos diretos e de comércio. O Brasil não foi exceção, mesmo que tardiamente tenha iniciado seu processo de abertura economia do que os demais países em desenvolvimento. A intensa abertura iniciada nos anos 1990 culminou em uma profunda reestruturação industrial no país, “com impactos diretos no emprego, embora tenha trazido benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços, melhores preços e tecnologia” (LACERDA, 1998, p. 89). Esse cenário prejudicou a indústria brasileira, a qual se caracterizava pela baixa competitividade no mercado internacional. Com a chegada de capital e empresas estrangeiras, a economia nacional, a priori, perdeu largo espaço no mercado, pelo nível elevado de competitividade das empresas estrangeiras, o que as forçou a se industrializarem. Destarte, tem-se a ascensão dos serviços e do comércio como setores impulsionadores e da informalidade como mecanismo ‘tapa-buraco’ das lacunas deixadas pela formalidade do mercado de trabalho.

Outra questão que deve ser salientada trata-se da dualidade especialização-flexibilidade, que trata da demanda por mão-de-obra polivalente, qualificada, ampliando a oferta de oportunidades precárias como subemprego, trabalho *just in time*, terceirização etc. (SOARES, 2003; ANTUNES, 2009), mesmo tratando-se de medidas que corroem os direitos trabalhistas, são fatores determinantes para a sobrevivência das unidades produtivas.

3 Origem e heterogeneidade conceitual do setor informal

O termo “setor informal” origina-se e propaga-se no âmbito do Programa Mundial de Emprego, lançado em 1969 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo era “construir uma categoria de análise que descrevesse as atividades geradoras de uma renda relativamente baixa e aglutinasse os grupos de trabalhadores mais pobres no meio urbano” (CACCIAMALI, 1982, p. 16).

O tema economia informal ganhou um enorme destaque na mídia e na literatura socioeconômica e pode representar fenômenos distintos, que vão desde a pura e simples evasão fiscal até meras atividades de sobrevivência de populações marginalizadas no mercado de trabalho (MELO; TELES, 2000, p. 6).

Quanto à origem do conceito de setor informal, Jakobsen, Martins e Dombrowski (2011, p. 13) ressaltam alguns dos resultados mais relevantes do relatório a respeito dos problemas sociais em Gana e Quênia, nos quais não se referiam ao desemprego, mas sim a existência de um número considerável de “trabalhadores pobres”, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas.

Toda a construção deste arcabouço se dá, sobretudo, pela pesquisa incipiente da OIT, realizada no Quênia, em 1972, analisando uma economia de ‘terceiro mundo’ – termo anacrônico para país periférico. Evidenciaram dois mercados conformados a partir de conjuntos díspares de atividades:

a) setor formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal, operando em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão-de-obra qualificada; e b) setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados (MELO; TELES, 2000, p. 6).

Quanto à definição, a heterogeneidade presente no conceito de setor informal é extensa. O debate incipiente e sua definição foram cunhados pela OIT e utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, em 1972 e na América Latina e Caribe com o trabalho sobre o emprego na República Dominicana, em 1973.

Esta definição foi estabelecida a partir da forma de organização das unidades produtivas não agrícolas que leva em consideração o conjunto das empresas familiares operadas pelos proprietários e seus familiares, ou em sociedade com outros indivíduos. É caracterizado pela produção em baixa escala e pelo reduzido nível de organização (CACCIAMALI, 1982).

Para De Soto (1987 *apud* PAMPLONA, 2004, p. 310), o principal representante da matriz neoliberal da abordagem legalista do setor informal,

[...] a economia informal, também chamada neste enfoque de economia subterrânea, seria um conjunto de atividades econômicas não registradas, não declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas. Neste conceito não são considerados fatores de natureza tecnológica, nem tamanho das unidades produtivas, nem interações com os mercados.

Outro conceito é cunhado por Daza (2005), o qual refere setor informal “a todas as atividades de trabalhadores e unidades econômicas que – legalmente ou na prática – não são cobertas, ou o são apenas insuficientemente, por arranjos formais” (DAZA, 2005, p. 5). Segundo a mesma, caracterizam-se como ilegais, no que tange sua atuação fora da esfera da legalidade, ou podem estar sendo aplicadas nesta esfera, mas não há leis sendo aplicadas ou impostas ou, até mesmo, estas leis imporiam aplicações inapropriadas onerosas.

Outros termos foram utilizados para referenciar o setor informal (setor não estruturado, setor não organizado ou setor não protegido), revelando a divergência conceitual quanto à heterogeneidade de definições. Além desta heterogeneidade conceitual, têm-se visões diferenciadas quanto à função do setor informal.

Além desses, o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT (1978 *apud* CACCIAMALI, 1982) diz que o setor informal

[...] agrupa todas as atividades de baixo nível de produtividade, os trabalhadores independentes (exceção feita aos profissionais liberais) e empresas muito pequenas ou não organizadas. A demanda de mão-de-obra não obedece a uma definição técnica de postos de trabalho disponíveis. De fato, o nível de emprego, ou melhor, o número de pessoas ocupadas depende neste mercado da magnitude da força de trabalho não absorvida pelo setor formal, da economia e das oportunidades que têm essas pessoas de produzir ou vender alguma coisa que lhes retribua alguma renda.

Conforma define o Relatório da Economia Informal Urbana – ECINF (2006, p. 11), pertencem ao setor informal todos os agentes econômicos “que desenvolvem atividades não agrícolas, de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias”.

Nesse sentido, ela deixa de cobrir essas atividades por indivíduos das moradias em áreas rurais. Justifica-se tal assertiva no que tange os custos operacionais despendidos em uma possível pesquisa no ambiente rural. Por outro lado, excluem-se da economia informal os moradores de rua haja vista não residirem fixamente, considera-se que os mesmos deveriam constituir nova variável específica. Além destas, excluem também as atividades ilegais (ECINF, 2006).

Diante dessa análise, a literatura passou a caracterizar o setor informal como um ‘amortecedor’ da crise econômica, absorvendo a mão-de-obra não empregada no mercado formal. Sua composição configura-se a partir agentes que atuam à margem da regulação do Estado: em relação às firmas significa “sonegação em seus vários aspectos; em relação aos empregados, significa atividade fora das normas da legislação trabalhista, como também atividades clandestinas” – inserem-se a prostituição e o contrabando, por exemplo (MELO; TELES, 2000, p. 8).

Este setor, assim, sempre fez parte do mercado de trabalho. Mas sua hegemonia neste se dá, sobretudo no último quartel do século XXI. Antes disto, no século precedente, Lenine (2008) e Araújo (2013) enfatizam o papel dos bancos no século XX, e seu papel centralizador no século subsequente. A ascensão do capital financeiro é reflexo dessa hegemonia conquistada pelas instituições financeiras dentro do hiato temporal Século XX-XXI.

Diante de uma nova configuração da estrutura econômica e produtiva, conformando os mercados e engendrando processos de urbanização e pós-urbanização (LENCIONI, 2006), à luz do fenômeno capitalismo,

[...] a informalidade se apresenta como forma de inserção no mercado consumidor, e mesmo como estratégia de sobrevivência àqueles isentos de participação no processo industrial. Percebe-se então a formação de dois blocos: o primeiro, dos trabalhadores com seus direitos assegurados pela lei, empregados formalmente; e o segundo, dos “desempregados”, acolhidos pela flexibilidade do mercado informal, coagidos pela falta de opção, de qualificação suficiente para ocupar postos de trabalho e pela indisponibilidade de postos a serem ocupados por eles. Sendo ainda possível, a observância de um terceiro bloco, este composto pelos trabalhadores em regimes de trabalho que os propiciam a ocupação em ambas as vertentes do emprego (formal e informal) levados pela necessidade de geração de renda para sua subsistência (SANTANA *et al.*, 2016, p. 4).

A informalidade é recorrente quando se trata do mercado de trabalho. Esta se encontra mais presente nos países em desenvolvimento e periféricos, com menor incidência nos países centrais. “A alta carga tributária e discricionariedade regulatória, aliadas a grande incidência de práticas de suborno e a uma autoridade de lei considerada fraca” justificam o alto índice de informalidade presente nos países periféricos e em desenvolvimento (SANTANA *et al.*, 2016, p. 4).

A incoerência entre as exigências do mercado de trabalho e as condições de qualificação de disciplina e de hábitos de parte substancial da mão de obra classifica-se como empecilhos para a legalidade trabalhista e ingresso na informalidade. Explicando esse fenômeno, Menezes e Dedecca (2012, p. 16) afirmam que,

[...] a estrutura ocupacional da informalidade é complexa e heterogênea, mas, pelo menos para muitas pessoas, ela oferece muitas possibilidades. É natural, portanto que muitos indivíduos preferam ficar na informalidade, exatamente porque aí encontram suas melhores oportunidades de trabalho e renda; outros tantos, por não disporem dos requisitos necessários ao mercado formal, acabam ficando na informalidade por absoluta falta de alternativa; e, outros ainda entram e saem da informalidade conforme as altas e baixas conjunturais do nível da atividade econômica como um todo.

A informalidade traz consigo a ausência de direitos trabalhistas, a não contribuição previdenciária, sem registro com os competentes etc. Tais consequências são mais intensas próximas à aposentadoria, pois sem contribuição a previdência, não a como garantir aquela após anos de trabalho. Menezes e Dedecca (2012) tratam-na como a síntese da perda de direitos concomitante ao combate cotidiano enfrentado por essas pessoas: “alocar recursos para a contribuição da previdência social em detrimento da renda presente ou dispor uma renda presente mais elevada, mas em detrimento de suas condições futuras de existência” (MENEZES; DEDECCA, 2012, p. 18).

Em contrapartida, existem os prós quanto à informalidade. Esta pode gerar maior competitividade que, por sua vez, gera mais eficiência e produtividade, aliado a um maior dinamismo econômico e espírito empresarial à economia. Diante disso, é clara a relação entre formalidade e informalidade dos mercados. Ocorre uma relação de complementaridade entre estas, interessadas em gastar menos quanto a contribuições ao Governo. Nesse contexto, a atuação do Estado é de suma importância “diante da questão assume forte valor ao controle da informalidade, que ao atingir níveis elevados, representa ameaça ao sistema econômico nacional” (SANTANA *et al.*, 2016, p. 5).

Este fenômeno não se insere somente no setor de serviços – como é sempre colocado. É visto no comércio, na indústria, em qualquer setor. Dificuldades são impostas pelo mercado, incentivando milhares de desempregados a buscar refúgio na informalidade, como mecanismo imediato de sobrevivência. Neste contexto, não somente os serviços, mas também diversos setores da economia, configuram-se como o ‘refúgio’, por apresentar uma heterogeneidade concomitantemente aliada à flexibilização das relações de trabalho – não restringindo este setor somente a informalidade, já que também apresenta a formalidade em sua essência.

4 Mercado de trabalho informal: o caso latino americano e brasileiro

Inicialmente, o setor informal foi delimitado sob a ótica da produção, no qual os estabelecimentos informais apresentavam “produção com pouco capital, com o uso de técnicas pouco complexas e intensivas em trabalho e com número irrisório de trabalhadores”, fossem remunerados ou membros familiares. Ademais, não eram alvos de políticas governamentais, atuavam em mercados competitivos e a concessão de crédito era dificultada (CACCIAMALI, 1982, p. 15-16).

Tratando-se de um setor específico, o trabalho informal faz parte do todo e suas múltiplas dimensões interagem com o geral (sistema capitalista), mas não constitui a totalidade em si, considerando as mudanças no mundo do trabalho (MARTINS, 2010).

4.1 América Latina

A origem do trabalho informal na América latina estaria relacionada à intensa migração de trabalhadores do campo para a cidade (êxodo rural) no segundo pós-guerra, à luz das transformações nas técnicas de produção, no advento da indústria e superação do anacrônico meio de produção agrícola. Todavia, aquela não foi suficiente para suprir a demanda por trabalho existente. “Isto levou uma parcela expressiva destes migrantes a constituir um excedente de mão-de-obra, que foi obrigado a inventar seu próprio trabalho – principalmente no comércio e no setor de serviços – como meio de sobrevivência” (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2011, p. 14).

A visão da PREALC/OIT diverge dos economistas liberais haja vista aquela corroborar a imprecisão quanto à definição do setor informal, incluindo atividades extraleais. Nesse contexto, o surgimento da informalidade é atribuído à excessiva regulamentação do Estado, como resposta as restrições legais que excluía grande parte do proletariado. Vê-se como um interstício que desconfigura o sistema formalizado e ascende o neoliberalismo.

Segundo a visão estruturalista, “o setor informal seria o conjunto de atividades geradoras de renda desregulamentadas pelo Estado em ambientes sociais em que atividades similares são regulamentadas”. Neste contexto, o trabalho informal não seria uma “irrupção advinda dos de baixo”, mas sim um plano estratégico “de acumulação de capital das empresas formais modernas” (JAKOBSEN, MARTINS e DOMBROWSKI, 2011, p. 14-15).

Independente de seu conceito geral e sua origem, a OIT corrobora a ideia de cada 100 ocupações criadas na América Latina, 80 eram informais (Idem, 2011).

4.2 Brasil

No Brasil os estudos sobre a economia informal surgem com mais visibilidade a partir da década de 1970 com as pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) proporcionando muitas informações sobre o trabalho informal.

Todavia, a ideia era analisar aspectos como ordem tributária e equilíbrio fiscal (BARBOSA *et al.*, 2014; HIRATA; MACHADO, 2007).

A evolução das forças produtivas e o alto grau de complexidade das condições de trabalho no modo de produção do sistema capitalista trazem à tona uma maior agressividade do capital contra o trabalho, culminando numa divisão do trabalho mais perversa para a classe trabalhadora. Esta divisão traduz-se numa “separação entre trabalho intelectual e manual” (SANTANA *et al.*, 2016, p. 2), tratado por Antunes (2009), por ele chamados de trabalhos material e imaterial, respectivamente, este auferindo grande importância nas últimas décadas. A nova conformação das estruturas do trabalho engendra uma elitização e privatização do conhecimento intelectual, restritos aos dirigentes das organizações, bem como toda a produção, organizando-se com maior eficiência com a ascensão da propriedade privada e do Estado, criando uma sociedade estratificada, onde uma classe detinha os meios de produção e a outra não detinha (SANTANA *et al.*, 2016).

A célere urbanização ocorrida em meados do século XX impulsionou um intenso fluxo de migrantes, os quais foram introduzidos em atividades modernas, seja pela baixa absorção do setor formal, seja pelo nível de escolaridade e habilidades desses “trabalhadores que não se adequam ao padrão de qualificação exigido pelo setor moderno”. Destarte, surge um setor que serve como mecanismo alternativo (o setor informal), mecanismo este, no qual os migrantes procuram subsistir, aqueles que não encontram emprego na formalidade do mercado de trabalho. É caracterizado pelo conjunto de atividades com pouco uso de capital, de baixo nível tecnológico e organização formal escassa ou nula (CACCIAMALI, 1982, p. 20-21).

O setor informal, assim, diante das oscilações cíclicas do capital, avança no mercado de trabalho absorvendo grande número de trabalhadores, sobretudo em época de crise. Todavia, quando este setor estiver ligado a determinada atividade que tenha um vertiginoso crescimento, há uma migração de empresas capitalistas nesta atividade atraídas pela alta rentabilidade. Isso, de fato, desmontaria a estrutura informal, até então consolidada. Assim, esse setor, poderá constituir-se no “lócus de inserção na produção para os mais pobres no meio urbano”. Logo, “cabe integrá-lo à política econômica global mediante mudanças na distribuição do excedente e alocação de recursos; caso contrário, as desigualdades de renda tenderão a aumentar” (CACCIAMALI, 1982, p. 21-22). A informalidade liga-se a um ramo rentável no curto prazo, pois, no longo prazo, tende a perder participação no mercado.

Doravante, a relação formal-informal culmina em uma interdependência, na qual o informal subordina-se ao formal. Passa, então, a constituir a esfera da produção subordinada ao modelo e ao processo de desenvolvimento do capital. Tal subordinação é um ciclo de destruição e recriação do setor informal.

Hirata e Machado (2007) caracterizam o setor informal como um “colchão amortecedor”, no sentido de que a informalidade daria o suporte necessário para atenuar crises econômicas, ao absorver o excedente de mão-de-obra desempregado. Este colchão serve como estratégia de sobrevivência dos indivíduos que vivem no pauperismo, no objetivo de sobreviver, visto que a baixa na oferta de trabalho no setor formal. Todavia, cabe salientar que a sobrevivência não é o único motivo no qual os trabalhadores migram para a

informalidade. Se tal assertiva fosse verídica, não existiriam controvérsias quanto à definição de informal, muito menos uma heterogeneidade conceitual. Contudo, pelo grande contingente de mão-de-obra que há sem oportunidades no mercado de trabalho, muitos se inserem no setor informal por opção ou, em outros termos, a estratégia de “ciclo de vida”³. O histórico familiar, preocupação com a qualidade de vida, renda mais significativa com menor escolaridade, tanto para jovens, adultos e idosos. Há também aqueles que não desejam dispender com contribuições impostas pela regulamentação (HIRATA; MACHADO, 2007).

A década de 1990 é o período caracterizado pela incipiente inserção do Brasil no mercado internacional, adequando-se a reestruturação produtiva do capital, mediante abertura comercial e financeira do mercado nacional. Iniciado no Governo Collor, seguido pelo governo subsequente (Fernando Henrique Cardoso), viu-se um movimento de flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, pautado na melhor eficiência quanto à absorção da oferta de mão-de-obra existente. Esse processo, todavia, criou um ambiente hostil para o trabalhador, que se viu obrigado a inserir-se na informalidade, seja através do trabalho autônomo, seja na prestação de serviços, culminaria em precarização do trabalho, bem como perda de direitos trabalhistas e sociais (NASCIMENTO *et al.*, 2017; SANTANA *et al.*, 2016).

A reestruturação produtiva modifica as relações sociais entre homens, agora uma relação de homens e coisas. Tal transformação configura-se no processo de reificação, no qual o homem é tratado como uma ferramenta, desconsiderando seus anseios e necessidades. Tal cenário insere-se na época contemporânea, no que tange a exacerbada perspectiva materialista, pautada na constante substituição do homem pela máquina, ou trabalho vivo pelo trabalho morto, a chamada liofilização organizacional do trabalho (CASTILLO, 1996; ANTUNES, 2009). Ademais, traz consigo a “terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos com o intuito de racionalizar os custos, principalmente os custos de produção. Essas agressivas reformas culminaram em números alarmantes quanto ao crescimento do desemprego” (SANTANA *et al.*, 2016, p. 3).

Destarte, a produtividade do indivíduo no mercado de trabalho ditará sua permanência neste. Os excluídos veem uma alternativa no trabalho informal através dos camelôs, fretistas, vendedores de porta em porta, entre outros, o que permite apenas garantir a subsistência dos indivíduos e de seus dependentes (MAGALHÃES, 2001).

5 Caracterização do trabalho e tipos de ocupação

As definições de trabalho e posição na ocupação são fundamentais para identificação do público-alvo selecionado no setor informal. A pesquisa do relatório do ECINF (2003) traz conceitos pertinentes para evidenciar o que o setor informal abarca no mercado de trabalho:

³ Muitos veem o setor informal não somente como um colchão amortecedor ou um setor anti-crisis, mas como uma forma de vida.

Considera-se como trabalho em atividade econômica o exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento, etc.) na produção de bens ou serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico e; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, durante pelo menos uma hora por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha uma atividade econômica (ECINF, 2003, p. 25).

No que tange a posição de ocupação, a referida pesquisa mostra a relação trabalhador-local de trabalho através da posição de ocupação. Esta é dividida em trabalhador doméstico, empregado – elencado com subtópicos, empregador, conta própria e trabalhador não remunerado. Todavia, concernente ao setor informal, as que encaixam no perfil deste mercado são:

Empregado – pessoa que trabalhava para o empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Para efeito de captação, estão excluídos os trabalhadores domésticos, que são identificados em categoria específica. Dentre os empregados encontram-se:

Aprendiz (pessoa que trabalhava no aprendizado de uma profissão ou ofício) ou estagiário (pessoa que cumpria estágio ligado a uma profissão) recebendo somente aprendizado ou treinamento como pagamento pelo seu trabalho, mesmo que esse trabalho seja para empreendimento de membro da unidade domiciliar;

A pessoa que estava prestando serviço militar obrigatório e;

Sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

Empregador – pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica, no qual disponha de até cinco empregados;

Conta própria – pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sozinha ou com sócio(s), sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar.

Trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar que era empregado – pessoa que trabalhava em ajuda ao membro da unidade

domiciliar, com quem o empregador estabelecia contrato ou acordo de trabalho. O membro da unidade domiciliar, que organizava, dirigia ou era responsável pelo trabalho, recebia a remuneração do trabalhador não remunerado (ECINF, 2003, p. 26-27).

5.1 Vendedor Ambulante

O comércio ambulante ou de rua tornou-se um ramo do mercado de trabalho em ascensão no contexto da célere crescente da informalidade diagnosticada na década de 1990. Apesar de seu caráter informal, este tipo de comércio apresenta-se com maiores facilidades quanto à inserção, custos etc., diferentemente de anos anteriores, os quais apresentaram maior burocracia quanto ao mercado formal. Sua história está ligada a história das cidades. No Brasil, quadros do século XIX já documentavam o movimento do comércio feito por escravos de porta em porta nas casas do Rio de Janeiro (SEBRAE, 2018). O fato de ser visto como um subemprego ou subatividade fez com que vários prognósticos fossem feitos sobre essa variedade de comércio. Uma delas é que o "comércio ambulante acabaria tão logo o país atingisse certo grau de desenvolvimento" (Idem, 2018, p. 1). Todavia, tal assertiva não se concretiza, pois, nesse sentido, não afetariam os países centrais, o que de fato aconteceu.

Nesse contexto, Pamplona (2013, p. 312-313) traz um conceito para a expressão ambulante que, segundo ele, "designa trabalhador normalmente autoempregado, que vende diretamente ao consumidor produtos diversos - geralmente mercadorias de baixo valor, ou que presta serviços em locais públicos, com ou sem permissão oficial".

Os estudos e debates acerca dessa temática cresceram vertiginosamente no que tange o mercado de trabalho haja vista sua funcionalidade como 'tapa buraco' dos desempregos intersticiais do mercado de trabalho formal. Muito se tem sobre eles.

Pamplona (2013) relata que os ambulantes contribuem significativamente para a desqualificação das áreas em que ocupa. Sua presença nas ruas desencadeia um processo de desvalorização imobiliária, acúmulo de lixo nas ruas e dificulta a mobilidade urbana. Ademais, grande parte dos ambulantes não cumprem suas obrigações para com o Estado (fiscais, previdenciárias, trabalhistas), bem como parcela deles participam de contrabando e receptação de mercadorias. Todavia, mesmo diante de um cenário desfavorável para o Governo, essa prática é importante em momentos de choques no mercado de trabalho. Acrescenta-se a isso o papel de inserção de famílias com menor poder aquisitivo no consumo haja vista os preços baixos e de fácil acesso. É um processo caracterizado pela sua heterogeneidade maléfica e benéfica.

Já Martins (2010), em seu estudo acerca do mercado informal na construção civil em Abaeté/MG, identificou algumas causas pelas quais eles se inserem na informalidade. Rotina cansativa, monótona, baixa remuneração, estresse, dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, exonerados pela falência financeira de seus empregadores – reestruturação produtiva desemboca em produtividade elevada e enxugamento dos custos com mão-de-obra (liofilização organizacional) o que, por sua vez, gera mercado mais competitivo e, nesse

caso, o mercado brasileiro sofreu as mazelas da abertura comercial e financeira dos anos 1990, e o caso mais curioso, que foi a inserção compulsória como pintor haja vista estar ‘vagabundando’ (ANTUNES, 2009, 2016; CACCIAMALI, 1982, 2000; NASCIMENTO *et al.*, 2017; CASTILLO, 1996).

Seguindo o raciocínio, Cacciamali (2000) indaga que a ampliação do trabalho autônomo (encaixado no contexto aqui descrito) no Brasil fora induzida, segundo ela, por quatro razões:

(i) racionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas públicas compensatórias; (ii) oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação; (iii) expansão de atividades de serviços; e (iv) estratégia de sobrevivência implementada pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho, frequentemente, nessa última situação, poderão exercer trabalhos de baixa produtividade (CACCIAMALI, 2000, p. 160).

Nesse cenário, a formalidade torna-se atrativa nos anos recentes, pela segurança que a formalidade proporciona. Ela (a formalidade) transformou-se, também, em um mecanismo de defesa dos vendedores ambulantes. Para aqueles que vivem na clandestinidade, (Lopes, 2006, p. 332) afirma que

a prática da venda ambulante tem vindo a tornar-se, cada vez mais, uma actividade de risco. Por causa disso, alguns deles procuram complementar o comércio de roupa ou óculos escuros com o eventual tráfico de substâncias psicotrópicas ilegais — atravessando a fronteira jurídica entre a contra-ordenação e o crime e arriscando uma possível detenção, mas habilitando-se também a obter lucros mais elevados.

Para tanto, a regularização – ou processo de abertura de uma empresa – é de incumbência do município ou administração local. São analisados endereço onde irá exercer o comércio (incumbência da Prefeitura Municipal); registro de razão social e verificar se a mesma já não possui um proprietário intelectual (incumbência da Junta Comercial ou Cartório – no caso de Sociedade Simples – e Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).); arquivamento do contrato social/declaração de Empresa Individual que consiste no registro do contrato social (incumbência da Junta Comercial ou do Cartório (no caso de Sociedade Simples); solicitação do CNPJ (incumbência da Receita Federal); solicitação da Inscrição Estadual (incumbência da Receita Estadual); alvará de licença e registro na Secretaria Municipal de Fazenda. É o documento que fornece o consentimento para empresa desenvolver as atividades no local pretendido (incumbência da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal da Fazenda); matrícula no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (incumbência do INSS, Divisão de Matrículas – INSS) (SEBRAE, 2018, 4-5).

A prática do comércio informal “é fundamentalmente uma atividade de subsistência, sendo diversas as famílias de feirantes que habitam em bairros sociais e atravessam

seríssimas dificuldades financeiras”. Diante disso, a formalização é imposta, muitas vezes, pelo governo – seja qual for seu nível hierárquico. Destarte, a venda ambulante “como uma atividade de subsistência que desafia certas características normativas assumidas pelo trabalho numa economia capitalista” (LOPES, 2006, p. 332-333).

Fica, portanto, a ideia de que tudo o que não seja “trabalho” na acepção mais convencional é apenas temporariamente tolerado, inscrevendo-se num conjunto mais vasto de atividades alegadamente “predatórias”, “parasitárias” ou “perdulárias” praticadas por grupos marginais e consideradas como descartáveis pelas instituições que os acompanham (LOPES, 2006, p. 333).

Diante disso, a importância de conhecer este público é importante para demonstrar empiricamente sua importância e seu papel na economia, seja local ou global. Para tanto, Orozco, Barreto e Sánchez (2008, p. 282) dizem que para “conocer las actitudes de los vendedores ambulantes”, em qualquer espaço, “resulta de gran relevancia a la hora de comprender dicho fenómeno son múltiples los factores y condiciones, entre ellas, las económicas, sociopolíticas, personales, gremiales, etc.”⁴.

6 Caracterização do perfil do vendedor ambulante em Crato-CE

No lócus compreendido atualmente como o Crato, instalou-se o maior e mais importante núcleo de silvícolas na região, graças à fertilidade do solo e ao crescente cultivo de cana-de-açúcar, mandioca e cereais. A ocupação, realizada pelo frei Carlos Maria de Ferrara, denominou-se Missão do Miranda, cujo objetivo era catequizar e civilizar os povos indígenas. Conquistou o status de vila em 21 de junho de 1764, e elevou-se a condição de cidade em 17 de outubro de 1853. O município é constituído de dez distritos, a saber, a Sede, Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta Serra, Santa Fé e Santa Rosa (IBGE, 2018).

⁴ “conhecer as atitudes dos vendedores ambulantes”, em qualquer espaço, “é de grande relevância quando se trata de entender esse fenômeno, existem muitos fatores e condições, inclusive econômicos, sociopolíticos, pessoais, profissionais etc.”.



Figura 1: Mapa do Crato
Fonte: (ACHE TUDO REGIÃO, 2018).

Crato foi espaço de grandes acontecimentos históricos do Ceará. Foi à única localidade cearense a aderir ao movimento libertador de Pernambuco em 1817 (IBGE, 2018).

Tabela 1: Dados sobre o município de Crato-CE

Município	Estimativa Populacional (2018)	Área (2017)	PIB per Capita (2015)	IDHM (2010)	Índice de Gini (2010)
Crato	131.372	1.176,47 Km ²	11.031,52	0.713	0,575

Fonte: (IBGE, 2018), PNUD.

O município apresenta um crescimento populacional significativo, sendo o segundo mais populoso no Cariri. Apresenta uma grande extensão territorial, a maior do interior, com PIB per capita (em 2015) de R\$11.031,52, um dos melhores do Estado, atrelado a um dos melhores IDHM's do Ceará, com um índice de Gini de 0,575.

A seguir apresentamos os resultados da pesquisa com vendedores ambulantes no Crato, retratando o perfil dos mesmos, bem como a caracterização da atividade produtiva desenvolvida pelos mesmos.

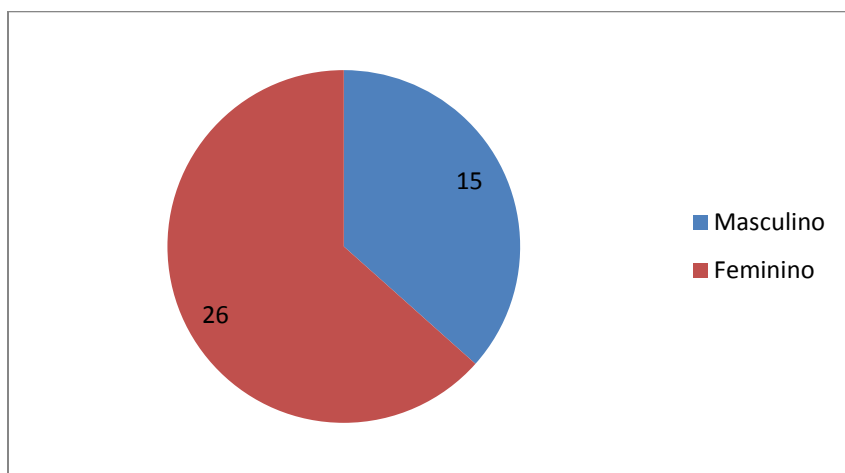


Gráfico 1: Vendedores ambulantes por sexo.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

A partir da aplicação de questionários com 41 vendedores ambulantes, foi constatado que existem 26 mulheres (ou 63,41%) e 15 homens (ou 36,59%) ramo de vendas informais em Crato. Os resultados demonstram a maior representação do sexo feminino no mercado informal pesquisado, o que retrata a maior dificuldade das mulheres de participação no mercado formal (especialmente em uma conjuntura econômica adversa), bem como a possibilidade de desenvolver atividade com horários flexíveis, o que torna possível conciliar com demais ocupações do ambiente doméstico.

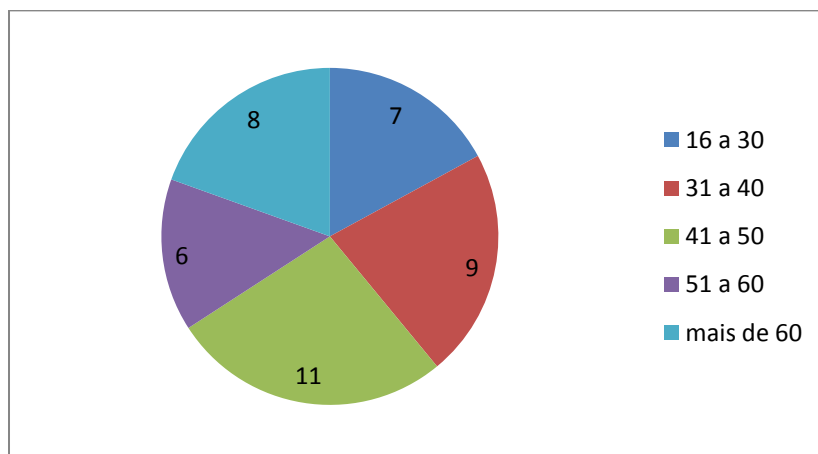


Gráfico 2: Vendedores ambulantes por faixa etária.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Quanto às faixas etárias, não há nenhum com menos de 15 anos, de 16 a 30 anos há sete vendedores (17,07%), de 31 a 40 anos há nove vendedores (21,95%), de 41 a 50 anos existem 11 vendedores (26,83%), de 51 a 60 anos há seis vendedores (14,63%) e mais de 60 há oito vendedores (19,51%). Quando somamos os indivíduos com mais de 40 anos observamos um total de 60,97%, representando a maior parcela dos trabalhadores entrevistados. Os mesmos podem ser associados a faixas de idade com maior dificuldade de reinserção no mercado de trabalho formal, tendo, assim, que buscar formas alternativas de ocupação e geração de renda.

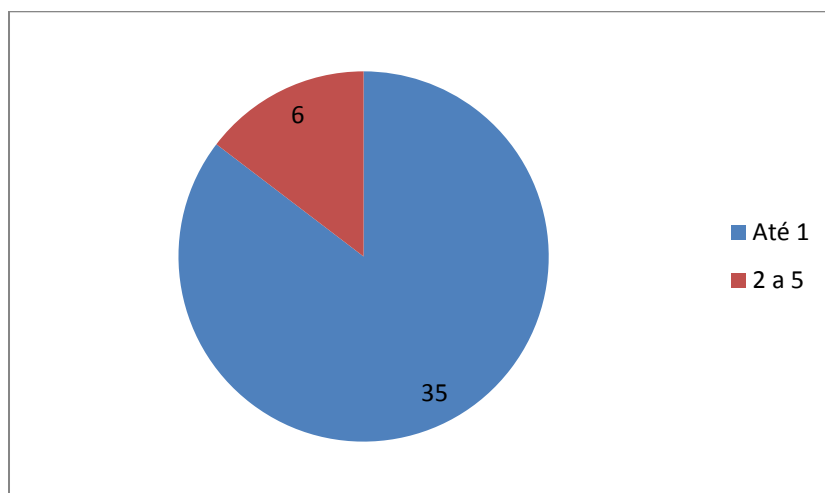


Gráfico 3: Vendedores ambulantes por rendimento como ambulante.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Quanto ao rendimento como ambulante, 35 destes têm rendimentos de até um salário mínimo (85,37%) e seis tem entre dois e cinco salários mínimos (14,63%). Este fato evidencia o ainda fraco rendimento que boa parte dos vendedores auferem neste ramo da informalidade, em concordância ainda com a maior fatia dos trabalhadores da região Nordeste.

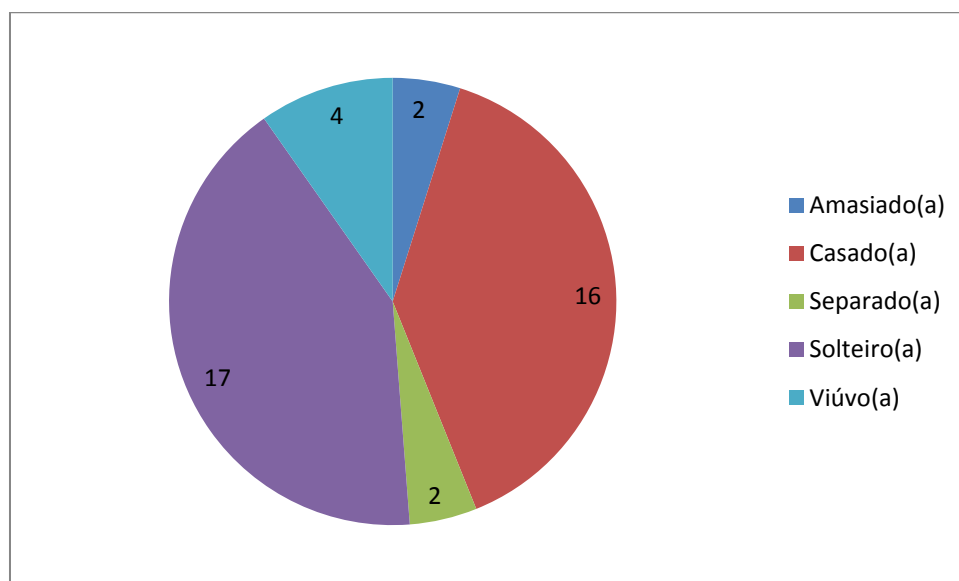


Gráfico 4: Vendedores ambulantes por estado civil.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

A maioria dos entrevistados é solteiro/a, 17 dos 41 entrevistados (ou 41,46%) e casados (16 dos vendedores ou 39,02%). Além destes, tem-se amasiados/as (2 ou 4,88%), separados/as (2,44%) e viúvos/as (9,76%). Observa-se a maior parcela de trabalhadores com compromissos familiares, o que induz uma necessidade ainda maior de ocupação e renda para manutenção do núcleo familiar.

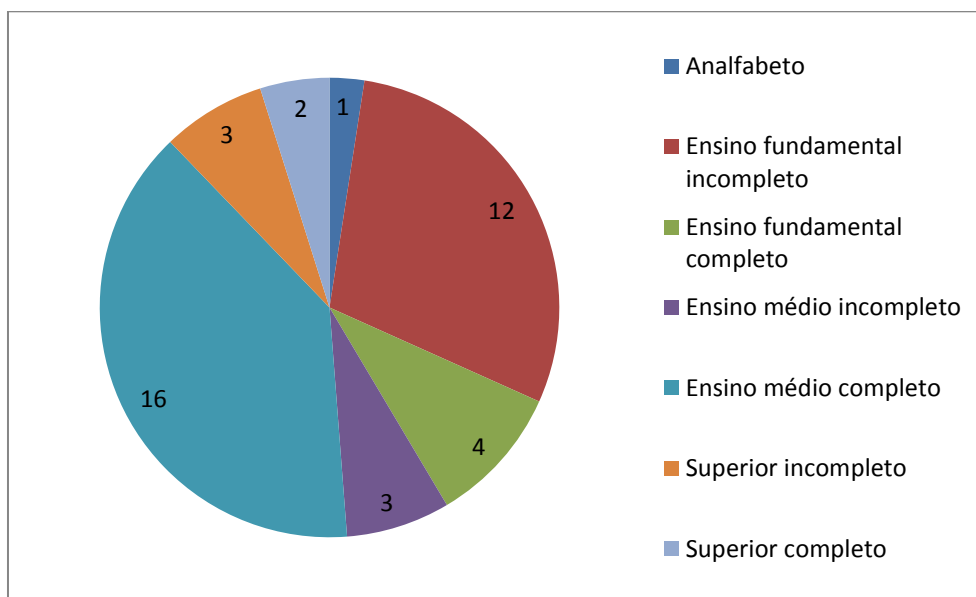


Gráfico 5: Vendedores ambulantes por grau de escolaridade.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Em relação ao grau de escolaridade, os mais representativos são o ensino médio completo (16 dos 41 ou 39,02%) e ensino fundamental incompleto (12 dos 41 ou 29,26%). Há também analfabetos (2,44%), aqueles também com fundamental completo (9,76%), médio incompleto (7,32%) e superior incompleto (7,32%) e completo (4,88%). Os dados revelam a baixa escolaridade dos trabalhadores – a maior parcela dos mesmos cursou no máximo o ensino médio – o que dificulta a inserção em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, o qual exige trabalhadores polivalentes, qualificados, conforme ditamos advindos da terceira revolução industrial.

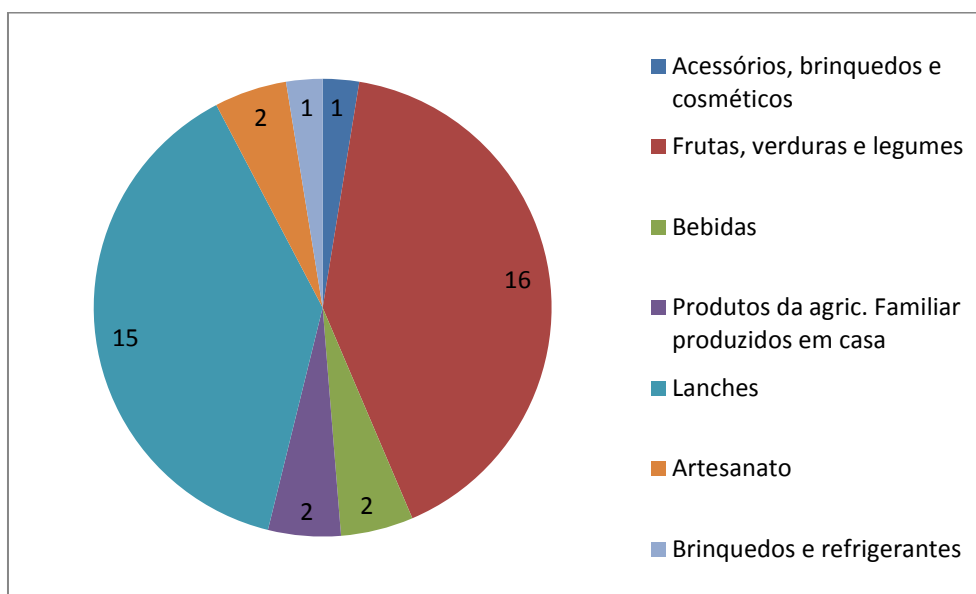


Gráfico 6: Vendedores ambulantes por tipo de produto comercializado.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Dos produtos mais comercializados, 16 dos vendedores ambulantes vendem frutas, verduras e legumes (39,02%), 15 deles vendem lanches (36,58%). Os menos vendidos são acessórios, brinquedos e cosméticos (1 ou 2,44%) e brinquedos e refrigerantes (1 ou 2,44%). Os dados demonstram a atuação dos microempreendedores em segmentos com baixo nível de capitalização, reduzido conhecimento técnico e tecnológico, fazendo-nos concordar com Pamplona (2004)e, ainda sujeitos à intensificação da concorrência, dada a inexistência de barreiras à entrada nos seguimentos em que atuam.

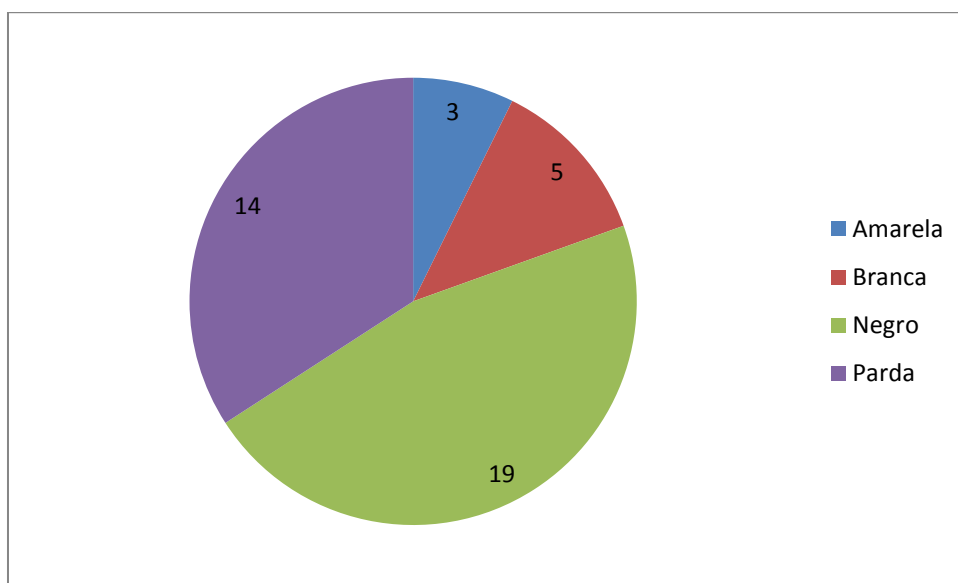


Gráfico 7: Vendedores ambulantes por Raça/Cor.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Em relação à raça cor observou-se que 46,34% (19 dos 41) consideram-se negros, 34,14% ou 14 dos entrevistados se consideram pardos, cinco se consideram brancos (12,20%) e três (7,32%), amarelos. Nenhum atendeu a raça/cor indígena. Os dados revelam, então, a maior dificuldade dos negros e pardos de participarem do mercado de trabalho formal, podendo ser associados a diversos estudos apontam fatores históricos e culturais, os quais tomam a forma de preconceito racial nos momentos de seleção para novos contratos de trabalho.

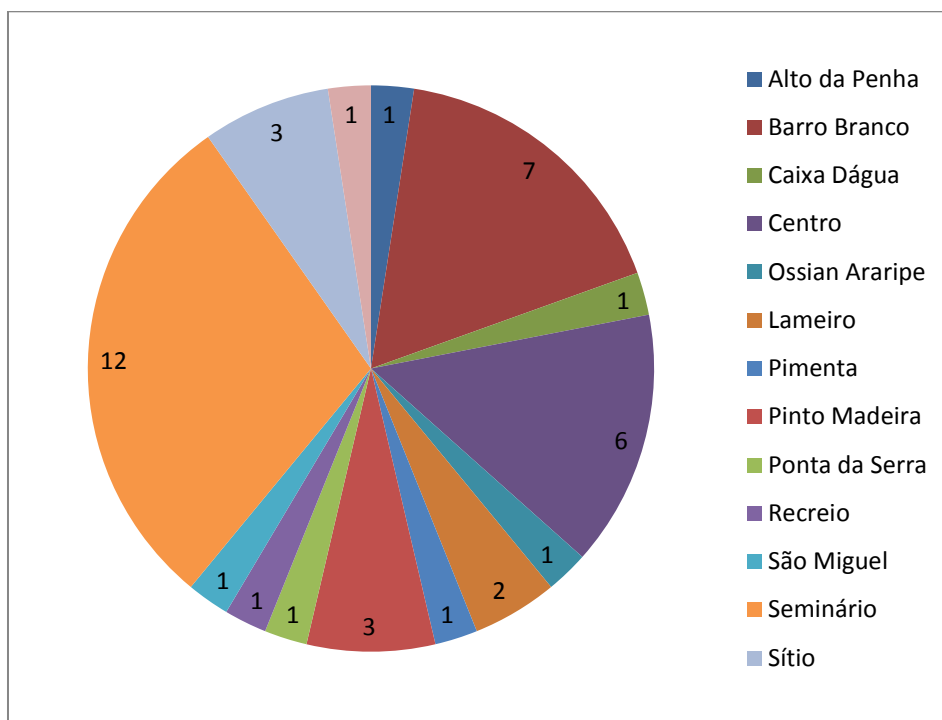


Gráfico 8: Vendedores ambulantes por bairro.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Em relação aos bairros residências, constatou-se que a maioria deles reside nos bairros Seminário (12 deles ou 29,26%), Barro Branco (sete ou 17,07%) e Centro (seis ou 14,63%), além de três residirem nos sítios de Crato (7,32%) e três no Pinto Madeira (7,32%). Observou-se, assim, o desenvolvimento da atividade em questão por trabalhadores de diferentes bairros. Porém, os dados relevam a prevalência de residência dos vendedores ambulantes em bairros populares do município em questão, o que pode ser explicada pelos dados dos acerca da baixa remuneração auferida pelos mesmos – um salário mínimo.

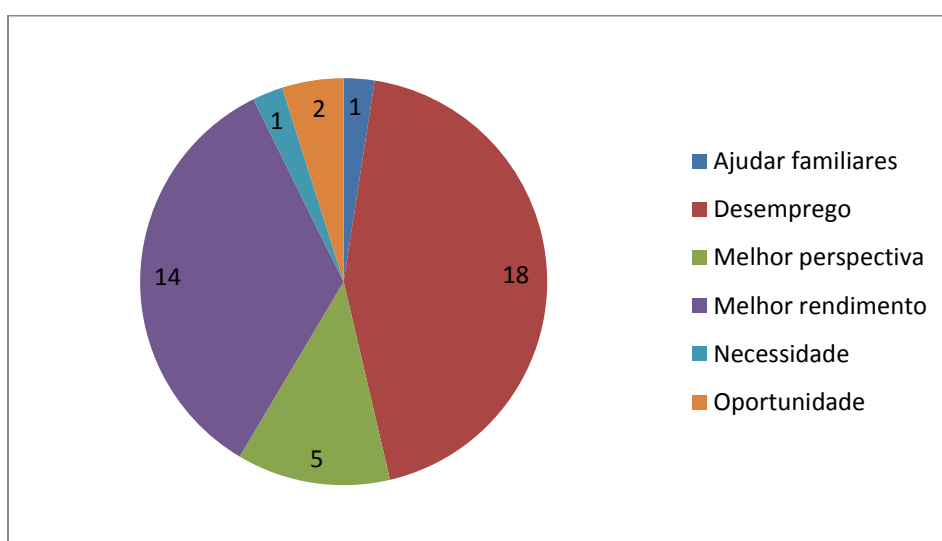


Gráfico 9: Vendedores ambulantes por motivos em montar uma venda informal.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Quanto às motivações para desenvolvimento da atividade produtiva os dados como principais motivos para montar as vendas foram o desemprego (43,90%) e melhores rendimentos (34,15%). Assim, a predominância do desemprego como a principal motivação, nos faz concordar com a literatura exposta na primeira parte desse trabalho, a qual considerada o setor informal como um “colchão absorvedor”, desempenhando um movimento anticíclico em relação aos revezes do mercado de trabalho (MELO; TELES, 2000). No entanto, observamos o desejo de auferir maior renda, advindos da atividade comercial (haja vista a baixa escolaridade para maiores ganhos no mercado formal), bem como o não pagamento de tributos diretos, o que os fazem reter maior parcela da renda auferida (MENEZES; DEDECCA, 2012).

Em relação às cargas horárias utilizadas para desenvolvimento da atividade constatou-se a maior incidência entre os vendedores de até seis horas (14 dos 41 ou 34,15%) de trabalho, sequenciada por aqueles que dedicam 12 horas ou mais (12 deles ou 29,27%). Dessa forma, a presença de trabalhadores com jornadas exaustivas, acima daqueles regulamentadas no mercado formal, apontam para uma maior precariedade nas condições de trabalho, o que repercute sobre a qualidade de vida dos mesmos, entrando em concordância com Martins (2010).

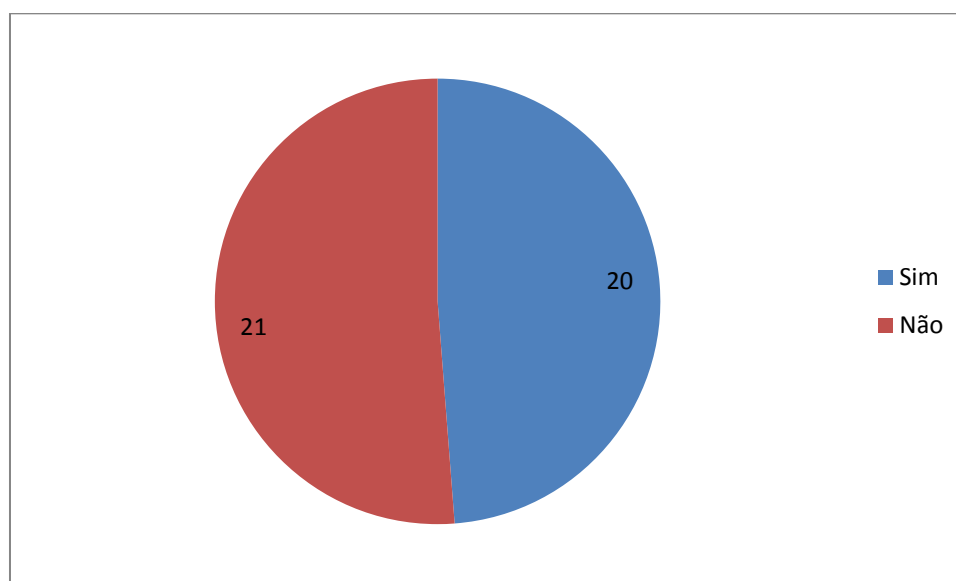


Gráfico 10: Vendedores ambulantes que trabalham ou não de carteira assinada.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Em relação à participação anterior no mercado de trabalho formal, a partir da pesquisa de campo, de acordo com o gráfico 10, 21 dos vendedores (51,22%) nunca trabalharam de carteira assinada e 20 já trabalharam (48,78%). Esse dado nos mostra, então, quer a saída do mercado de trabalho formal e a dificuldade de reinserção no mesmo, quer a dificuldade de entrada no mercado formal, sendo que muitos trabalhadores se encontram totalmente a margem do sistema de regulação, bem como de direitos trabalhistas conquistados, o que reforça o mercado informal como absorvedor de parcela excessiva da força de trabalho, conforme apontado por Magalhaes (2001).

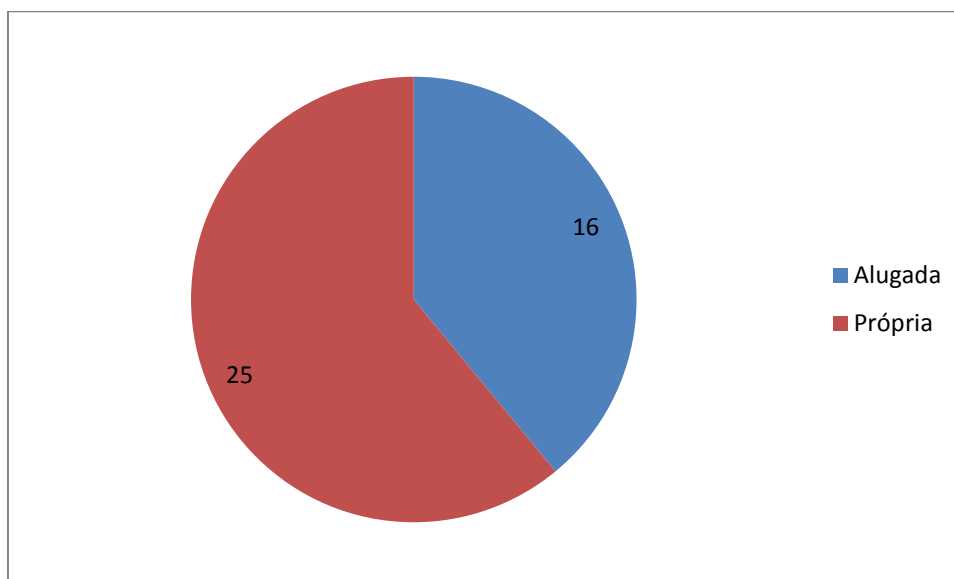


Gráfico 11: Vendedores ambulantes pelo tipo de moradia.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Quanto à moradia, 26 dos entrevistados (63,41%) possuem moradia própria e 15 são alugadas (36,59%). Destaca-se, então que mais de 50% dos entrevistados possuem casas próprias, o que traz à tona a importância da atividade desenvolvida para garantir conquistas essenciais às necessidades da mão de obra.

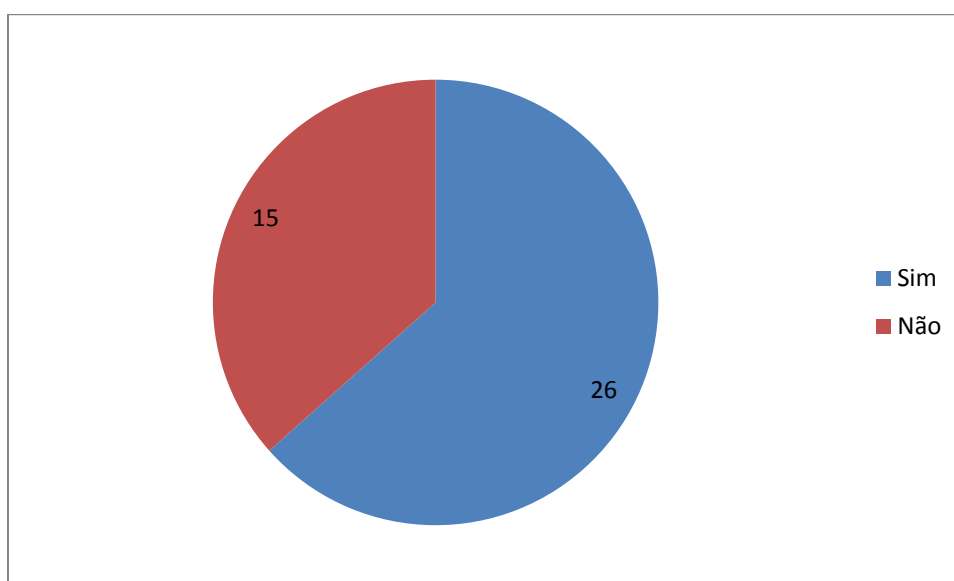


Gráfico 12: Vendedores ambulantes pelo registro à prefeitura.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Quanto ao registro junto à prefeitura 26 dos vendedores (63,41%) são registrados e 15 não são (36,59%). Isto evidencia o que Pamplona (2013) afirma, ou seja, que os vendedores ambulantes podem ser legalizados ou não. Porém, vale destacar que grau de informalidade ainda relevante entre os vendedores ambulantes no município de Crato-CE.

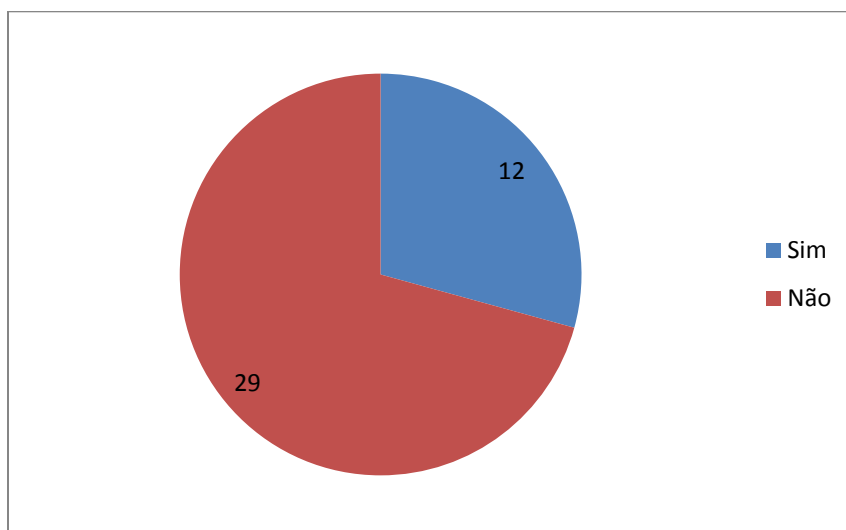


Gráfico 13: Vendedores ambulantes por registro contábil de vendas.

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

Com relação aos registros contábeis das vendas, os vendedores ainda não tem frequência de fazê-lo. 29 deles não faz registro das vendas (70,73%), isto é, não registram suas vendas, receitas, custos etc., 12 vendedores fazem os registros (29,27%). A pesquisa, então, evidencia as dificuldades desses microempreendedores de efetuarem um acompanhamento efetivo do desempenho dos seus negócios, o que pode ser associado ao desconhecimento de práticas de gestão, de controle financeiro, planejamento, etc., podendo ser associado à baixa escolaridade, a falta de formação técnica adequada à gestão de empreendimentos, o que pode comprometer o desenvolvimento da atividade no médio e longo prazo.

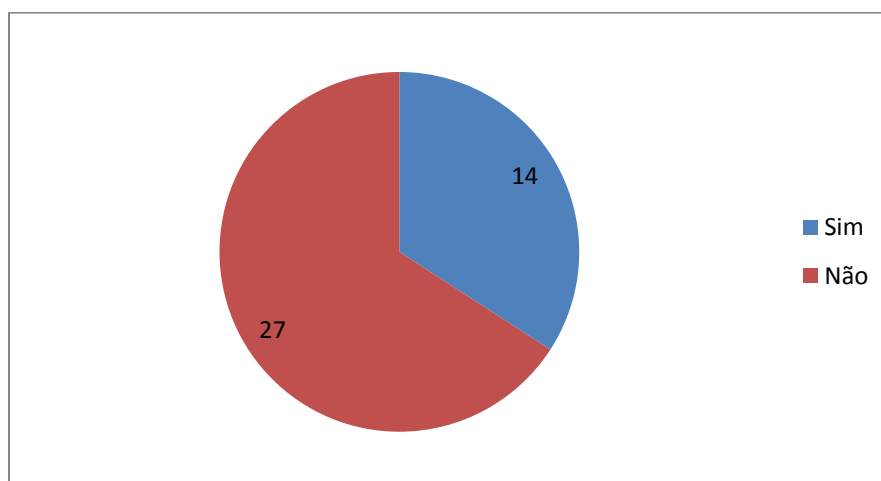


Gráfico 14: Vendedores ambulantes que fizeram usos de empréstimos

Fonte: Questionários aplicados pelos autores.

De acordo com o gráfico 14, 14 dos vendedores ambulantes (34,15%) tomaram empréstimos em diversas instituições financeiras, desde as grandes e nacional e internacionalmente conhecidas, como Caixa Econômica Federal, Itaú, Banco do Nordeste do Brasil e Santander, e outros como a Ceape (Criada no Maranhão, com agência mais próxima em Juazeiro do Norte) e a Fintech Avante, presente no Brasil e Israel. Observamos, nesse

sentido que a expansão do crédito praticada por políticas macroeconômicas no período recente, especialmente o microcrédito repercute diretamente sobre a atividade produtiva em questão.

Assim, dado o conjunto de dados expostos, concordamos com Ibanhes (1999, p.36) ao destacar que os “vendedores ambulantes solicitam providências junto ao Poder Público no sentido de racionalizar e regulamentar sua situação de trabalho”.

7 Considerações finais

O mercado internacional passou por um processo de conformação, no qual presenciou a internacionalização das economias e financeirização do capital. Este fenômeno é intrínseco a globalização, momento ímpar na sociedade que reforça o capital e seu papel hegemônico no mundo. Com a queda do sistema taylorista-fordista, tem-se um sistema mais flexível, que abre as portas para a precarização do trabalho. Antunes (2009, 2016), Cacciamali (1982, 2000, 2007) e muitos outros autores trazem a tona este fenômeno e suas consequências. A mais evidente delas, sobretudo no Brasil – caracterizado como um país periférico, apesar de ser uma potência mundial, a informalidade, traz à tona a precariedade e a deterioração dos direitos trabalhistas e flexibilização das relações comerciais e trabalhistas. Intensificando-se a partir da abertura comercial e financeira do país, mediante queda do setor industrial, o setor informal, também chamado de economia subterrânea, trata-se de um conjunto de atividades econômicas não registradas, não declaradas, extraleais, todavia socialmente lícitas, isto é, vista como uma atividade cotidiana, sem nenhum empecilho (DE SOTO, 1987 *apud* PAMPLONA, 2004).

O que pode ser constatado, a partir dos dados coletados, é a presença significativa dos vendedores ambulantes presentes em diversos pontos da cidade que movimentam a economia local. Constatou-se que, a partir dos dados coletados, 63,41% são mulheres e 36,59% são homens. As faixas etárias que mais concentram os vendedores são de 31 a 40 (21,95%) e 41 a 50 (26,82%), com renda de até um salário mínimo (85,36%) e de dois a cinco salários mínimos (14,64%). A maioria são solteiros (41,46%) e casados (39,02%), com grau de escolaridade de ensino médio completo (39,02%) e ensino fundamental incompleto (29,26%). Os produtos mais comercializados são frutas, verduras e legumes (39,02%) e lanches (36,58%). 46,34% (19 dos 41) consideram-se negros, 34,14% (14 dos entrevistados) se consideram pardos. A maioria deles reside no Seminário (29,26%), Barro Branco (17,07%) e Centro (14,63%), com carga horária média de até seis horas (34,15%) e de 12 horas ou mais (29,27%). Os principais motivos para montar as vendas foram o desemprego (43,90%) e melhores rendimentos (34,15%).

Quanto à moradia, 63,41% possuem moradia própria e 36,59% são alugadas. O tempo de serviço como vendedor varia bastante, de tempos curtíssimos, como dois meses, a uma vasta experiência, de 42 anos.

21 dos vendedores (51,22%) nunca trabalharam de carteira assinada e 20 já trabalharam (48,78%); suas residências são, em sua maioria, próprias (60,98%). Os demais moram em residências alugadas (39,02%); 28 auferem mensalmente até um salário mínimo (68,29%) e 13 recebem de dois a cinco salários mínimos (31,71%); Quanto ao registro junto à prefeitura 26 dos vendedores (63,41%) são registrados e 15 não são (36,59%). Isto evidencia o grau de formalidade significativo entre os vendedores ambulantes no município de Crato-CE.

Com relação ao registro contábil das vendas, os vendedores ainda não tem frequência de fazê-lo. 29 deles não faz registro das vendas (70,73%), isto é, não registram suas vendas, receitas, custos etc., 12 vendedores fazem os registros (29,27%); 14 deles (34,15%) tomaram empréstimos em diversas instituições financeiras, desde as grandes, conhecidas nacional e internacionalmente, como a Caixa Econômica Federal, Itaú, Banco do Nordeste do Brasil e Santander, e outros como a Ceape (criada no Maranhão, com agencia mais próxima em Juazeiro do Norte) e a Fintech Avante, presente no Brasil e Israel.

Por fim, o que pode ser constatado a partir deste estudo é a presença significativa de vendedores ambulantes nas ruas de Crato-CE. Muitos deles estão nas praças, ruas adjacentes às universidades, escolas, instituições, com autorizações para comercializarem sem problemas com a Prefeitura. Todavia, muitos deles (mesmo com esta autorização) não estão de fato formalizados, não apresentando registro. Ademais, muitos deles não organizam seus registros contábeis, não tem uma noção básica de formação de preços, sobre o empreendedorismo, noções estas que facilitariam as vendas e proporcionaria maior facilidade para alcançá-las.

Destarte, o passo seguinte deste trabalho é produzir minicursos que induzam estes vendedores a terem maior desenvoltura e entendimento sobre os laços do empreendedorismo e apreenderem algumas ferramentas sobre vendas, formação de preços, que possam auxiliá-los a melhorar suas vendas, aumentar sua rentabilidade etc.

REFERÊNCIAS

ACHE TUDO REGIÃO. *Meio Ambiente de Crato-CE*. Disponível em: <https://www.achetudoeregiao.com.br/ce/crato/meio_ambiente.htm>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

_____. *A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer*, 2016. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer>>. Acessado em 12 de outubro de 2018.

ARAÚJO, S. M. de. Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 3, p. 565-586, 2013.

ARAÚJO, T. B. de. *Nordeste, Nordeste: que Nordeste?* Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. 2000.

BARBOSA, M. N. F. *et al.* Informalidade e Microcrédito: Um estudo do programa de microcrédito Crediamigo no município de Juazeiro do Norte/CE. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, v. 1, n. 1, 2012.

BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

CACCIAMALI, M. C. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. Tese (Doutorado em economia). São Paulo, USP. 1982.

_____. Globalização e Processo de Informalidade. *Revista Economia e Sociedade, Campinas*, v. 9, n. 1, p. 153-174, jun. 2000.

_____. (Pré-) conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. *Revista Econômica*, v. 9, n. 1, p.145-168, Rio de Janeiro, 2007.

CARNEIRO, R. de M. *Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80*. Tese (Doutorado em economia). São Paulo, Unicamp, 1991.

CASTILLO, Juan J. *Sociología del Trabajo*, CIS, Madrid, 1996.

CEPAL. *Globalización y desarrollo*. Santiago de Chile, 2002.

DAZA, J. L. *Informal economy, undeclared work and labour administration*. Dialogue, 2005.

ECONOMIA INFORMAL URBANA – ECINF. *Manual de entrevista*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Série relatórios metodológicos*, vol. 35, Rio de Janeiro, 2006.

GIL, A. C. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

HELOANI, J. R. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. *Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia*. IPEA, 2007

HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. *Revista Economia e Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 199-221, 1998.

HUDELSON, P. M. *Qualitative Research for Health Programmes*. Division of Mental Health – World Health Association (WHA) Geneva, 1994.

IBANHES, L. C. *O setor informal urbano: a organização e as condições de saúde de um grupo de vendedores ambulantes*. 344 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). São Paulo, USP, 1999.

IBGE, Cidades. *Crato*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/historico>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (org.). *Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT/Central Única dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo, 2000.

LACERDA, A. C. Globalização e reestruturação produtiva: o Brasil na berlinda? *São Paulo em Perspectiva*, v. 12, n. 3, p. 89-96, 1998.

LEME, A. A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. *Barbarói*, n. 32, p. 114-138, 2010.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LENINE, V. T. *O imperialismo: Fase superior do capitalismo*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LOPES, D. S. Mercados encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante. *Etnográfica*, v. 10, n. 2, p. 319-335, 2006.

LOURENÇO, N. Globalização e glocalização: o difícil diálogo entre o global e o local. *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, n. 4 (8), p. 17-31, 2014.

MAGALHÃES, J. Relações de trabalho no Brasil: o movimento autogestionário como resposta à globalização da economia e seus reflexos no mercado de trabalho. *Revista Urutágua*. Universidade Estadual de Maringá, 2001.

MARTINS, J. E. Trabalho informal no sistema capitalista: uma análise do perfil do pintor de paredes na construção civil do município de Abaeté/MG. *Serviço Social em Revista*, v. 13, n. 1, p. 136-161, 2010.

MELO, H. P. de; TELES, J. L. *Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro*. Texto para discussão, nº 773. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

MENEZES FILHO, N. A. *A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho*. Instituto Futuro Brasil, p. 1-43, 2001.

MENEZES, W. F.; DEDECCA, C. S. A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Rendimentos e principais características. *Revista Nexos Econômicos*, v. 6, n. 2, p. 11-42, 2014.

MORAES NETO, B. R. de. Marx, Taylor, Ford: As forças produtivas em discussão. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

NASCIMENTO, C. E. P. do *et al.* Os jovens e o mercado de trabalho formal: uma análise para a Região Metropolitana do Cariri (RMCA) nos anos 2005, 2010 e 2015. In: XVII Semana de Economia da URCA SECON. *Anais...* p. 505-529, 2017, Crato-CE.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Revista de Saúde Pública*, v. 29, p. 403-414, 1995.

OROZCO, H. B.; BARRETO, I.; SÁNCHEZ, V. Actitudes del vendedor ambulante de la localidad de Chapinero frente a sus condiciones laborales y políticas. *Diversitas: Perspectivas en psicología*, v. 4, n. 2, p. 279-290, 2008.

PAMPLONA, J. B. *A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo.* São Paulo: EMURB/CEBRAP, p. 307-337, 2004.

_____. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. *Revista brasileira de Estudos Populacionais*, v. 30, n. 1, p. 225-249, Rio de Janeiro, 2013.

PIMENTEL NETO, J. G. *et al.* Desenvolvimento local-Regional: a Relação entre Local x Global na Produção Espacial. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 3, n. 1, p. 256-271, 2014.

SANTANA, L. K. A. de *et al.* A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma análise da realidade do trabalho no município de Campina Grande-PB. *Revista Estudos de Administração e Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 80-92, 2016.

SEBRAE, *Como montar um serviço de adaptação de veículos de empreendedorismo.* Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-servico-de-adaptacao-de-veiculos-de-comercio-ambulante,6a297a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 02 de outubro de 2018.

SOARES, L. T. *O desastre social.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

WERNECK, R. L. F. *Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público.* Rio de Janeiro, IPEA, 1986.